



CI Nº 09/2026

Data: 08/01/2026

Ao Setor de Licitações e Contratos,
Sra. Nilyê Faria

Assunto: Solicita retificação do Processo Licitatório nº 201/2025

Com meus cordiais cumprimentos, em resposta ao pedido de esclarecimento formulado pela empresa BR INFRA CONSTRUÇÕES LTDA, e estendendo seus efeitos a todos os interessados, esta Comissão solicita a retificação e posterior republicação do Processo Licitatório nº 201/2025, após análise técnica realizada.

1. OBJETIVOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21

O objetivo central da Lei de Licitações e Contratos Administrativos é garantir:

- Isonomia;
- Competitividade;
- Eficiência;
- Planejamento; e
- Segurança jurídica.

2. DA EXIGÊNCIA DE ATESTADO TÉCNICO PARA SERVIÇOS DE ENGENHARIA

A matéria encontra fundamento principalmente no art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

2.1. Qualificação técnica

Nos termos da lei, a Administração Pública pode exigir que a licitante comprove:

- Experiência anterior; e
- Aptidão para executar o objeto licitado.

Tal comprovação se dá por meio de atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.



2.2. Limite de quantitativos – regra geral de até 50%

O §2º do art. 67 da NLLC dispõe expressamente:

“Será admitida a exigência de quantitativos mínimos nos atestados, limitados a até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do objeto da contratação.”

Dessa forma, a Administração não pode exigir, como regra geral, comprovação integral do objeto, devendo respeitar o limite legal.

1. DO ESCLARECIMENTO DO ITEM 8.17.3.2.4 DO EDITAL

O item 8.17.3.2.4 do edital estabelece:

“A interessada deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, expedido por órgão público federal, estadual ou municipal, ou por empresas públicas ou privadas, em nome da empresa licitante, comprovando que a mesma já executou, de forma satisfatória, o(s) objeto(s) desta licitação”.

Contudo, no curso da referida análise, verificou-se a necessidade de promover ajustes no instrumento convocatório, especialmente no que se refere à documentação exigida para fins de qualificação técnica dos licitantes, de modo a conferir maior objetividade, clareza e precisão aos critérios estabelecidos, assegurando a correta interpretação por parte dos interessados e o fiel atendimento aos princípios que regem a Administração Pública, em especial os da legalidade, isonomia, competitividade e julgamento objetivo.

2. QUANTITATIVOS MÍNIMOS ACEITOS

Desse modo, solicita-se que seja inserida no item da qualificação técnica os seguintes quantitativos mínimos aceitos, os quais serão considerados como satisfatórios os atestados técnicos abaixo que comprovem a execução dos serviços com quantitativos mínimos correspondentes aproximadamente a 50% das seguintes parcelas de maior relevância significativa do objeto:

- a) Operação e manutenção de sistema de captação de água, com capacidade mínima de 150 litros por segundo;
- b) Operação e manutenção de estação de tratamento de água, com capacidade mínima de tratamento de 150 litros por segundo;
- c) Manutenção de equipamentos eletromecânicos em sistema de abastecimento de água com, no mínimo, 10.000 ligações;



- d) Manutenção de sistema de reservação de água, totalizando 1.100 m³;
- e) Operação e manutenção de sistema de distribuição de água, com 10.000 ligações domiciliares e 110 quilômetros de extensão de rede;
- f) Operação e manutenção de sistema comercial, com 10.000 ligações de água;
- g) Execução de rede de abastecimento de água, com diâmetros entre 50 a 400 mm e extensão mínima de 2.500 metros;
- h) Execução de atividades de redução de perdas de água em sistema com 10.000 ligações;
- i) Execução de atividades de eficiência energética em sistema com 10.000 ligações de água.

3. CONCLUSÃO

As exigências constantes do edital observam o limite legal de até 50%, restringem-se às parcelas de maior relevância técnica e estão em plena conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Atenciosamente,

Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Fazenda